

"Acordo final só após ida ao Fundo Monetário"

por Wanda Jorge
de Campinas

Na mesa da renegociação da dívida externa ainda está um acordo parcial, de curto prazo, com um pagamento "disfarçado" dos juros que constitui um fato importante para eliminação da moratória. Mas o economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, considera que um acordo final com os credores, que signifique entrada de dinheiro novo, só ocorrerá após a ida ao FMI.

O governo brasileiro não usou a moratória como elemento de pressão, e sim porque o País quebrou, com a expansão de consumo e queimadas reservas, diz Pastore. Ele acrescenta que, "felizmente a economia responde rápido e desde então se acumularam superávits expressivos, que já tornam sem sentido a moratória. Para Pastore, como foi o próprio governo que "entrou na enrascada", agora ele também é que terá de sair dela". Para isso, é inevitável o desgaste político, "pois terá de desdizer o que disse antes" sobre não ir ao FMI. Pastore acrescenta que o custo político o governo já enfrenta ao não cumprir o que prometeu em sua plataforma política.

Embora acredite que não há espaço nem é viável um novo choque na economia, "ele certamente ocorrerá no início do próximo ano". Segundo o economista, a inflação já está fora de controle e, quando bater nos 15%, será inevitável a medida. O remédio inevitável, em sua opinião, será o corte nos gastos públicos, que já foi anunciado desde o primeiro plano, mas não se cumpriu. "O próprio ministro Bresser tem sido vítima, pois é quem detém o poder que não interessa cortar o déficit", o que Pastore identifica como o PMDB.

CAPITAL

A conversão da dívida em capital é uma medida que, para Pastore, interessa mais porque estimula o investimento privado, uma vez que reduz muito pouco a dívida. Para Michael Shaw, gerente geral do Lloyds Bank, um dos prin-



Affonso Celso Pastore

cipais credores do Brasil, há grande interesse em converter a dívida em investimento no País. O Lloyds Bank já efetuou conversões de US\$ 50 milhões, para capitalizar as subsidiárias. E, segundo Shaw, já tem processo de novas inversões que está congelado junto ao Banco Central. O gerente do Lloyds não quis adiantar qual é o volume de recursos nem a que áreas se destinariam, mas afirmou que poderiam ser investimentos inclusive fora da área financeira. "Continuamos a achar um bom negócio investir no Brasil e a conversão da dívida é uma saída interessante, desde que não haja restrições, como na Argentina, com a exigência de contrapartida de dinheiro novo." Shaw acrescenta que o Lloyds está disposto a analisar qualquer oportunidade que surgir.

As consequências da queda das bolsas no exterior, para Pastore, não têm nenhum reflexo importante de início para o Brasil. Ele acredita que os reflexos negativos deverão aparecer a partir de 1988 e 1989, quando os Estados Unidos enfrentarem a política de ajuste na economia, com os cortes de déficit público e conseqüente recessão. Para Manoel Cintra, gerente geral das empresas financeiras Multiplic S.A. — associada ao Lloyds Bank — o Brasil perdeu a oportunidade de usufruir das aplicações de ativos financeiros, que agora não estão disponíveis, pois atrasou a regulamentação dos fundos de investimentos.